

# O papel do corpo na percepção segundo Aristóteles

Juliana Aggio \*

Data de submissão: 30 nov. 2008

Data de aprovação: 6 fev. 2009

## Resumo

O texto examina o papel do corpo na percepção segundo Aristóteles e em contraponto com Platão. O objetivo é mostrar qual a importância do corpo no fenômeno perceptivo, tanto para que ele ocorra, como para que ele ocorra do modo como ocorre, i.e., como uma afecção que sofre o percipiente composto de corpo e alma. O que significa dizer que tanto corpo, como alma sofrem alterações simultaneamente e que, portanto, a alteração física é necessária tanto quanto a psíquica. Em suma, o corpo exerce uma função cognitiva material, ao contrário do que pensava Platão ao dizer que quem percebe é a alma, sendo o corpo um mero instrumento pelo qual a alma recebe os sensíveis. O texto, deste modo, pretende elucidar como o ser é conhecido pela percepção segundo Aristóteles, tratando assim de um ponto extremamente controverso, a saber: como a sensação discrimina seus próprios objetos e se tal discriminação resume-se apenas em processos fisiológicos ou é também uma atividade da alma e, se é também uma atividade da alma, em que sentido a alteração física ocorrida no corpo, conjuntamente com uma certa atividade da alma, constituem a percepção.

**Palavras-chave:** Alma; corpo; afecção; percepção.

## Abstract

The text investigates the body's role in the perception according to Aristotle and contrary to Plato. The objective is to show the importance of the body in the perceptive phenomena, i.e., the role of the body in order to the perception occurs, as in order to show how it occurs. I mean, to show how this kind of affection occurs in the percipient composed of body and soul. This means that the body, as much as the soul suffer alterations simultaneously and, therefore, the physical alteration is as much necessary as the psychic. To end up, the body performs a material cognitive function, contrary to Plato who says that the soul perceives and the body is a mere instrument by which the soul receives the sensible objects. In this way, the text intends to clarify how perception knows the being according to Aristotle by treating a very controversial point: how perception discriminates its own objects and if this discrimination is strictly a physiological process or is also an

---

\* Doutoranda em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) e bolsista FAPESP.

activity of the soul, and if it is also an activity of the soul, in which way the body's physical alteration conjoined with a certain activity of the soul constitute perception.

**Keywords:** Soul; body; affection; perception.

Para entendermos o papel do corpo no fenômeno perceptivo concebido por Aristóteles, devemos antes elencar algumas questões a serem examinadas para que a percepção seja definida com maior precisão, a saber, se a percepção é uma certa afecção, qual tipo de afecção seria.

No diálogo *Teeteto*, Platão (184 c-d) define a percepção como a função de receber na alma os sensíveis *através* do corpo do seguinte modo: “Toma então atenção à resposta mais adequada: os olhos são aquilo com que vemos ou por meio de que vemos, e os ouvidos são aquilo com que ouvimos ou por meio de que ouvimos?”. Esta foi a pergunta feita por Sócrates a Teeteto, que lhe responde: “Por meio de que percebemos cada coisa, mais do que com eles, é o que me parece, Sócrates”, e Sócrates então conclui que percebemos com a alma por meio do corpo.

Aristóteles responderia a Sócrates: percebemos com ambos, alma e corpo, pois a percepção é uma certa afecção e há apenas uma substância que pode ser afetada: o sujeito que percebe. Há uma afecção comum, portanto, trata-se de um único evento, pois o sujeito que percebe é composto de corpo e alma, mas não de uma substância corpórea separável da substância psíquica. Por isso, a afecção é comum, mas ocorre de modo distinto no corpo e na alma. A afecção comum pode ser explicada enquanto duas afecções, uma no corpo, outra na alma. Essas duas afecções são apenas logicamente distintas, pois não apenas ocorrem simultaneamente, como também formam uma unidade ontológica; já que, repito, é uma única substância que sofre as duas afecções.

Aristóteles não poderia definir a percepção do mesmo modo que Platão, a saber, uma capacidade que a alma tem de receber o sensível *através* do corpo, pois esta definição pressupõe que alma e corpo não formam uma unidade substancial. E é tal pressuposto que vigora na definição de Platão, i.e., de que corpo e alma estão separados e, por isso mesmo, diz que não percebemos *com* os órgãos do sentido e sim com a alma *através* do corpo. O corpo não tem função cognitiva alguma no processo perceptivo, mas apenas a função material de receber os sensíveis. Ora, para Aristóteles, o corpo

também é o lugar pelo qual recebemos os sensíveis, mas o ato passivo de receber não deixa de exercer certa função cognitiva. Em outras palavras, o corpo exerce um papel material cognitivo no processo perceptivo na medida em que são os órgãos do sentido que sofrem certa alteração ao receberem a forma sensível e, sem esta alteração, a percepção não seria possível, i.e., na medida em que cada propriedade sensível imprime uma marca em nosso corpo justamente porque ele é composto de uma matéria capaz de receber tal marca. Esta inserção material de uma forma sensível se constitui ao ser inserida e assim o será conforme a própria constituição do corpo que a recebe. Ou seja, é porque o corpo tem tal e tal constituição que percebemos de tal e tal maneira, tais e tais objetos sensíveis e não outros e nem de outro modo. Somente os olhos humanos podem perceber certo número de cores e ser afetado diferentemente por cada cor. Justamente pelo fato dos olhos serem afetados diferentemente por cada cor é que dizemos que cada cor imprime uma marca que lhe é própria e inconfundível. Independe da comparação entre cores feita pelo raciocínio para que a cor se torne conhecida. Ela é materialmente conhecida pelo corpo por ele sofrer uma impressão própria e única de cada objeto sensível, como diz o filósofo, tomemos o exemplo do selo na cera: é assim que, analogamente, podemos entender que cada sensível é um único selo e que o selo só ganha existência ao ser impresso na cera, do mesmo modo que a forma sensível só ganha existência ao ser impressa em um corpo e é tal impressão que a faculdade perceptiva apreende e discrimina. É porque há uma discriminação material que a faculdade perceptiva é atualiza e discrimina formalmente aquilo que foi impresso no corpo.

Em suma, a percepção se constitui essencialmente por um movimento da alma no corpo, mesmo porque o corpo é constituído materialmente para que a alma, sua forma, exerça seus fins. Por exemplo, a visão é a forma do olho, ou seja, o olho tem certa constituição material específica de modo a se adequar a sua forma, de modo que a visão exerça seu fim que é ver. Sendo o corpo a matéria e a alma a forma, temos que, ambos, conjuntamente, são condição para que haja sensação, ou seja, para que haja sensação é necessário que ocorra simultaneamente uma afecção no corpo e uma na alma. Ao mesmo tempo em que o órgão sensível sofre certa alteração, a faculdade perceptiva entra em atividade: o corpo sofre algo ao receber o sensível e a alma sensitiva passa do estado potencial para o estado atual. Por isso, devemos dizer que o corpo é um meio (*mesotes*) com o qual a alma percebe e que, sem ele, os sensíveis não poderiam ser conhecidos.

A definição de percepção segundo Aristóteles vai de encontro à tese platônica na medida em que pressupõe a união corpo e alma e realça o papel

cognitivo do corpo como condição para que a atividade perceptiva seja discriminativa. Não apenas porque o corpo sofre certa alteração ao receber o sensível, mas também por ser ele o meio com o qual os sensíveis podem ser discernidos. Mais especificamente, o corpo, pela sua constituição material, é um meio entre os sensíveis opostos e isto é condição necessária para que o sensível seja percebido. Pelo fato do corpo ser um meio entre sensíveis opostos, dizemos que ele não é atualmente nem um extremo nem o outro extremo oposto, sendo potencialmente ambos e, portanto, podendo vir a ser atualmente ora um, ora outro:

[...] essa é a razão pela qual nós não temos sensação do que é quente, frio, duro ou macio tanto quanto nós somos, mas somente do que é mais ou menos, o que implica que o sentido (*aisthêsis*) é um tipo de meio entre os sensíveis dos extremos opostos. É o meio que tem poder de discriminação, pois se torna um extremo para cada extremo por vez. (Aristóteles, *De anima*, II, 10; 424 a 2-7)

Façamos a ressalva do que foi dito acima: o corpo é “o meio que tem poder de discriminação (*to gar meson kritikon*)”, ou seja, que exerce uma função cognitiva material, enquanto a alma exerce uma função cognitiva formal. Nesta passagem, quando Aristóteles diz que o sentido é um meio (*mesotes*) entre um par de opostos, ele quer dizer com isso que cada sentido é potencialmente os sensíveis próprios opostos e, portanto, capaz de perceber os sensíveis que se encontrem entre tais extremos. Devido à sua constituição material específica, continua Aristóteles, cada órgão do sentido tem o poder de discriminar os sensíveis próprios de seu campo perceptível, ou seja, cada órgão pode vir a ser igual aos sensíveis que se situem entre os extremos opostos que delimitam o seu campo perceptivo. Desse modo, por exemplo, não poderíamos ouvir um som mais grave ou mais agudo do que a audição é capaz de ouvir e todo aquele que estivesse além dos sons extremos que delimitam a nossa capacidade auditiva. Perceber um sensível tem como condição o fato deste sensível estar dentro dos limites físicos de cada órgão do sentido; o que significa dizer que cada órgão é um meio entre os extremos opostos de seus sensíveis próprios e que, portanto, é potencialmente os opostos que se localizam entre tais extremos. Além disso, podemos inferir que só podemos ouvir aquilo que somos materialmente capazes de ouvir, sendo o corpo o critério para se determinar quais sensíveis e como os percebemos. Por fim, é pelo corpo que podemos dizer que percebemos esta cor específica e não outra, porque esta cor nos afeta de um modo próprio e completamente distinto de todas as outras cores. Portanto, quando dizemos que o corpo exerce uma função material cognitiva significa

dizer que receber os sensíveis no corpo é tão logo determinar qual sensível se trata, significa sofrer uma afecção correspondente a tal sensível a ser lida pela alma.

Tomemos agora alguns exemplos que sustentam o que foi dito. Não perceberíamos, por exemplo, uma cor mais clara ou mais escura do que somos capazes de perceber e, portanto, toda cor perceptível está localizada entre o par de extremos opostos que delimitam o campo da visão, a saber: o claro e o escuro. Também com relação à discriminação dos sensíveis prazerosos ou penosos, a constituição material dos órgãos sensíveis é determinante. Ou seja, o órgão do sentido, devido a sua proporção constituinte, fornece a medida para a sensação de prazer ou dor causada pelos objetos sensíveis. Estes, quando possuem uma proporção pura e sem mistura são prazerosos (como o doce e o sal); mais prazerosos ainda quando possuem uma mistura com proporção harmônica (como o acorde musical); agora, quando em excesso, seja em quantidade ou intensidade, causam dor ou mesmo a destruição do sentido. Neste sentido, a constituição material do órgão do sentido, devido a sua proporção, sofre certos efeitos materiais que permitem à faculdade apetitiva discriminar os objetos prazerosos e penosos. Do mesmo modo, a constituição material do órgão do sentido, devido a sua proporção, sofre certos efeitos materiais que permitem à faculdade perceptiva discriminar os objetos sensíveis. Disso concluímos que o corpo, por ter certa constituição física, é capaz de receber a forma sensível e, desse modo, exercer sua função cognitiva: tornar-se tal qual a forma sensível recebida, permitindo assim à faculdade sensível discriminar a forma sensível e mesmo se tais sensíveis são prazerosos ou não (Aristóteles, *De anima*, III, 7).

Como expusemos acima, a percepção deve ser explicada como uma unidade entre duas afecções distintas, uma que sofre a alma, a outra o corpo. Enfim, as alterações que sofre a alma não devem ser analisadas à parte das alterações que sofre o corpo, nem as do corpo à parte das da alma; mesmo porque, segundo Aristóteles, a boa definição de percepção considera a união entre corpo e alma no processo de alteração e é isto que vemos em *De anima*, I, 1; 403 a 27-b 19. Nesta passagem, temos, de um lado, o físico e, do outro, o dialético. O primeiro descreve apenas as mudanças materiais, e o segundo nos fornece apenas a forma. No exemplo da raiva, o primeiro a descreve como sendo um fervor do sangue ou calor entorno do coração, o segundo como um desejo de retaliação. A boa definição, por sua vez, deve englobar as duas, pois a forma “se é para ser, dever ser realizada na matéria de um tipo particular”, i.e., assim como a forma é realizada em certa matéria e em vista de certo fim, também as

funções da alma são realizadas em certo corpo e em vista de certos fins, ou, nas palavras do filósofo, quanto aos atributos da alma, eles “são evidentemente formas realizadas na matéria” (*De anima*, I, 1; 403 a 25: *ta pathê logoi enuloi eisin*). Sendo assim, a percepção é um atributo da alma que se realiza em certo corpo, mais precisamente, em um corpo com órgãos que tem a vida em potência e se realiza em vista tanto da sobrevivência, como do bom desenvolvimento do animal. A partir disso, concluímos que não é adequado analisar as funções da alma como separáveis da matéria física:

[...] nós estávamos dizendo que os atributos da alma são tais – quero dizer, como a raiva e o medo, inseparáveis da matéria física dos animais aos quais pertencem e não, como a linha e a superfície, separável em pensamento. (Aristóteles, *De anima*, I, 1; 403 b 17-19).

As funções da alma não são como os objetos matemáticos, a saber, definíveis a partir de uma separação das coisas materiais, ou seja, uma boa análise das funções da alma não tem, de modo algum, como finalidade defini-las como operações separáveis do corpo, portanto, não devemos tomá-las em separado da matéria física dos animais, das operações fisiológicas que sofre o corpo. De fato, isto é verdadeiro, mas isto não quer dizer que não podemos distinguir as operações físicas das psíquicas. O ponto é que não podemos definir uma operação psíquica, como é o caso da percepção, separadamente das operações físicas. A percepção deve ser entendida como uma operação da faculdade sensível que ocorre conjuntamente com operações fisiológicas nos órgãos; mesmo porque não poderíamos entender a percepção apenas de um modo ou de outro. É mais adequado, portanto, tomar a percepção como um conjunto de operações físicas e psíquicas, ainda que nos seja permitido distinguir logicamente cada operação a título de clareza. Já quanto à linha e à superfície, é possível tomar cada uma separadamente de qualquer representação física e defini-las desse modo.

No decorrer desta passagem, Aristóteles introduz a diferença entre o físico, o dialético e o filósofo natural. O primeiro trata da causa material, o segundo da causa formal ou final. Já o filósofo natural ou o verdadeiro físico deve tomar o fim ou o elemento formal, no caso da raiva, o desejo de retaliação e a causa material, a saber, os efeitos físicos do desejo de retaliação. No caso da percepção, o elemento formal é a discriminação realizada pela faculdade e causa material são as alterações fisiológicas sofridas pelo corpo ao receber o sensível. Por fim, temos a distinção entre o verdadeiro físico, que investiga as propriedades formais se realizando na matéria, o matemático, que analisa as propriedades matemáticas

separadamente das coisas e o filósofo primeiro, que estuda as formas separadas da matéria. A psicologia, como sabemos, é uma disciplina a ser estudada pelo verdadeiro físico.

Podemos concluir que é evidente o fato de não ser possível compreender a percepção sem os processos fisiológicos envolvidos, apesar de Aristóteles não nos evidenciar como ocorrem tais processos (mesmo porque não tinha aparato científico apropriado para tanto). O ponto filosófico relevante é conceber que, de fato, existe certa alteração fisiológica no corpo simultaneamente com a apreensão da forma sensível pela parte sensitiva da alma e, se assim não fosse, o corpo teria, para Aristóteles, o mesmo estatuto que para Platão, a saber, um simples instrumento pelo qual a alma percebe e que, conseqüentemente, não exerce qualquer papel cognitivo. Quem percebe, para Aristóteles, é o sujeito com a alma e com o corpo conjuntamente. Não poderíamos aceitar a idéia de que é a alma apenas quem percebe, pensa, aprende, ou mesmo que ela tece ou constrói, pois, supondo que tais atributos sejam movimentos, sabemos que a alma não é automovente e que, portanto,

sem dúvida seria melhor dizer que a alma não sofre ou aprende ou pensa, mas que o homem faz isto com a alma: e isto também não significa que há movimento na alma, mas que o movimento por vezes a atinge, por vezes se inicia na alma. Neste caso, a percepção se origina em objetos particulares, enquanto a recordação começa a partir da alma e se direciona através de movimentos ou traços de movimento para os órgãos sensíveis. (Aristóteles, *De anima*, I, 4; 408 b 13-18).

Ou seja, a percepção se inicia no objeto particular externo que causa certo movimento, o qual, por sua vez, afeta os órgãos sensíveis que o recebe e, simultaneamente, atinge a alma perceptiva que o reconhece sem, com isso, ser movida ou sofrer alteração. A alma, portanto, move o corpo por ser seu princípio motor, por exemplo, quando nos deslocamos ou quando recordamos, pois, neste último caso, as imagens guardadas na memória, que é parte da alma sensitiva, provocam afecções no corpo; porém, podemos dizer ela é movida apenas por acidente, i.e., quando o corpo se locomove. Por isso, é o homem quem pensa, sente, aprende e ele faz isto com a alma e com o corpo. Não há nada que afete o corpo que não afete a alma, sendo a afecção perceptiva um claro exemplo disso.

Se alma e corpo, como vimos, são afetados simultaneamente, isso implica que o corpo, necessariamente sofre certa afecção. Mesmo porque, enquanto a faculdade perceptiva (*aisthêsis*) não tem magnitude e é uma certa forma e potencialidade (*logos tis kai dynamis*) do órgão sensível, este, por sua

vez, é o meio pelo qual a sua forma se realiza. O órgão sensível é, por um lado, idêntico a ela, isto é, à potencialidade, pois sua essência é ser potencialmente todos os sensíveis, mas, por outro, é distinto dela por ter magnitude. Ele não é puramente uma potencialidade, pois tem certa extensão, mas não é senão o lugar no qual recebemos as formas sensíveis e, portanto, o meio com o qual as discernimos e, neste sentido, é aquilo *com* o qual se percebe. Um meio não no sentido fraco, como acreditava Platão, isto é, não apenas como aquilo que possibilita à alma receber os sensíveis e assim conhecê-los pelo intelecto; mas como aquilo que exerce certa função cognitiva ao participar, juntamente com a alma, no conhecimento dos sensíveis. Enfim, justamente porque o corpo sofreu certo movimento ao receber a forma sensível, é que é possível para a faculdade perceptiva apreender qual é este movimento, qual é essa forma sensível recebida. Por isso, a faculdade não poderia discriminar o sensível se este não causasse certo movimento no órgão, e, sem isto, a percepção não ocorreria. Nem o órgão poderia receber a forma sensível, se não houvesse uma faculdade para discriminá-la, i.e., o recebimento do sensível não teria qualquer finalidade se não existisse uma faculdade que o reconhecesse, nem mesmo o órgão seria constituído de modo a ser capaz de receber o sensível, se não fosse a faculdade sua causa formal. Todavia, se a faculdade é a forma do órgão, então o órgão existe de modo a realizar tal forma, em outros termos, o órgão é constituído materialmente de modo a realizar a função de conhecer os sensíveis e esta função implica receber o sensível no órgão e discriminá-lo pela faculdade. Não poderia a faculdade, que é uma substância formal e, portanto, não extensa, receber o sensível. Este, portanto, é o papel material cognitivo do corpo na percepção, pois o corpo é substância material e, por ter certa magnitude, é ele quem sofre alterações físicas ao receber a forma sensível e é por sofrer certo movimento em sua constituição material que podemos conhecer os sensíveis.

Por fim, concluímos que, para Platão, o corpo é um instrumento pelo qual os sensíveis chegam à alma, sendo ela apenas quem os percebe; já para Aristóteles, corpo e alma são, em conjunto, condição necessária para a percepção. Como diz o próprio filósofo:

como a percepção não é própria exclusivamente da alma nem do corpo (pois uma potencialidade e sua atualidade residem no mesmo sujeito, a percepção é um movimento da alma por intermédio do corpo), é claro que tal afecção não é própria da alma, nem o corpo sem alma pode perceber. (Aristóteles, 1936, *De somno*; 454 a 4-11),



ou seja, o sujeito é quem tem a capacidade de perceber, i.e., tem a percepção em potência, e é ele quem exerce tal capacidade e não apenas a sua alma ou o seu corpo. Por isso, se a percepção é uma afecção, é claro que é uma afecção da alma conjuntamente com uma afecção do corpo, pois a alma do sujeito percipiente não perceberia se seu corpo não fosse capaz de receber o sensível, nem seu corpo o receberia se sua alma não fosse capaz de discriminá-lo.

Em oposição a Platão mostramos que, para Aristóteles, corpo e alma sofrem certa afecção, mas ainda não esclarecemos que tipo de afecção cada um sofre. Como vimos acima, corpo e alma são afetados e isto é condição necessária para haver percepção. Outra condição necessária é que sejam ambos afetados por um objeto externo, ou seja, a percepção tem como causa primeira o objeto externo sensível, o qual, uma vez presente em nosso campo perceptivo, causa certa afecção que denominamos percepção. Esta, enfim, é determinada por dois processos de afecção distintos que sofre o sujeito percipiente, e o sujeito, por sua vez, ao sofrer tais afecções não produz, em condições normais, qualquer interferência na assimilação do sensível tal qual ele é. Um processo é a alteração fisiológica no órgão sensível, o outro é o reconhecimento do sensível a partir da atualização da faculdade sensitiva. Neste sentido, dizer que o percipiente se torna tal qual o sensível significa dizer que seu corpo e sua alma, cada um a sua maneira, tornam-se semelhantes à forma sensível do objeto percebido. Há, portanto, uma neutralidade do percipiente de modo que o mundo nos é dado na sua forma mais pura, sem qualquer interferência do sujeito (resguardadas as condições de drásticas alterações mentais, ou físicas, como a loucura, a bebedeira, a doença etc.). Uma neutralidade que se resume no fato do objeto sensível vir de fora e se fazer conhecido para o sujeito. O sujeito, por sua vez, assume um papel passivo que permite que o objeto seja, ele mesmo, causa de ser conhecido, pois o sujeito o conhece ao tornar-se tal qual ele é em ato. O percipiente não tem o poder de modificar nem o atributo sensível da coisa externa, nem o objeto sensível que representa tal atributo, nem mesmo a alteração que tal objeto provoca em seu corpo.

Enfim, pelo fato de haver realmente o objeto externo que causa a percepção, devemos, então, aceitar que tal causa externa tenha uma forte presença no sujeito que a recebe, o que implica assumir que tal causa provoca certo movimento nos órgãos; caso contrário, não faria sentido denominar a percepção uma certa afecção ou alteração, já que apenas o exercício da faculdade perceptiva não constitui propriamente uma alteração.

## Referências

ARISTÓTELES. *De anima*. Trad., introd. e notas R. D. Hicks. New York: Georg Olms Verlag, 1990.

ARISTÓTELES. *On the soul – Parva naturalia – On breath*. Trad. W. Hett. Cambridge: Harvard, 1936.

ARISTÓTELES. *Works of Aristotle*. Org. W. D. Ross. Oxford: Encyclopaedia Britannica, 1980. (The Great Books).

PLATÃO. *Teeteto*. Trad. e coment. Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Portugal: Fundação Calouste, 1995.

PLATÃO. *The dialogues of Plato*. Trad. Benjamin Jowett. Oxford: Encyclopaedia Britannica, 1952. (The Great Books).